

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014839-64.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **Mardoqueu Martins da Costa**  
 Requerido: **Maha Comercio e Serviços Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Mardoqueu Martins da Costa propôs a presente ação contra os réus Maha Comercio e Serviços Ltda. e João Neto Valentim Freire, requerendo: a) a declaração de nulidade do ato de Alteração Contratual registrada na Jucesp em 17/12/2004; b) a expedição de ofício à Jucesp, para cancelamento do registro da Alteração Contratual da empresa ré que admitiu o autor na sociedade; c) a expedição de ofícios aos órgãos federais, estaduais e municipais, para exclusão da Alteração Contratual em seus cadastros, com a exclusão do nome do autor; d) a condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser fixado pelo juízo.

A tutela antecipada foi indeferida às folhas 49/54.

Os réus não foram encontrados para citação (confira folhas 62, 68, 83, 113/114, 144/145 e 147/148).

Pesquisas de endereço junto ao Infojud (folhas 102/103), Bacenjud (folhas 130/131) restaram infrutíferas.

Decisão de folhas 156 determinou a citação por edital.

Editais de citação de folhas 163, 174 e 175.

A Defensoria Pública, no exercício da Curadoria Especial, apresentou contestação por negativa geral (folhas 178).

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, atento ao princípio da razoável duração do processo.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Aduz o autor que no dia 13/08/2004 teve seus documentos pessoais furtados, tendo elaborado boletim de ocorrência. Em 31/07/2007, tomou conhecimento de que seu CPF se encontrava suspenso e que seria sócio proprietário da empresa Maha Comércio e Serviços Ltda., tendo como sócio administrador o corréu João Neto Valentim Freire, após a alteração contratual da sociedade empresária.

O boletim de ocorrência colacionado pelo autor comprova o furto de seus documentos pessoais em 08/08/2004 (**confira folhas 21**). O instrumento de alteração contratual comprova que o autor teria sido admitido na sociedade (**confira folhas 28/31**).

Os documentos carreados pelo autor corroboram suas alegações de que jamais participou de qualquer alteração contratual em nome da corré Maha Comércio de Serviços Ltda. O boletim de ocorrência noticiando o furto dos documentos pessoais foi elaborado em 13/08/2004, em data anterior à alteração contratual, que se deu em 06 de setembro de 2004 (**confira folhas 21 e 31**).

O autor residia à época do furto no município de Pirassununga – SP (**confira folhas 21**), enquanto que a empresa tinha sua sede na Capital deste Estado (**confira folhas 28**).

Não obstante as inúmeras diligências realizadas para localização dos réus, todas restaram infrutíferas (**confira folhas 62, 68, 83, 113/114, 144/145, 147/148**), além das diversas pesquisas realizadas junto aos sistemas Bacenjud e Infojud (**confira folhas 102/103 e 130/131**).

Em que pese a contestação por negativa geral apresentada pela Defensoria Pública, no exercício da Curadoria Especial, o contexto probatório colacionado pelo autor faz presumir verdadeiras as alegações de fato.

De rigor, pois, a declaração de nulidade do Instrumento de Alteração Contratual registrado na Jucesp em 17/12/2004.

Considerando os transtornos suportados pelo autor, que teve seu CPF suspenso, bem como os débitos apontados às folhas 23/26, os quais ultrapassaram a esfera do mero aborrecimento, de rigor a procedência do pedido de condenação dos réus no pagamento de indenização por danos morais.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Considerando a condição econômica do autor, o longo tempo decorrido desde o ato ilícito e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, considerando-se, para tanto, a data do registro da alteração contratual, ou seja, 17/12/2014 (**confira folhas 27**).

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) declarar nulo o instrumento de Alteração Contratual da corré Maha Comércio e Serviços Ltda., registrado na Jucesp em 17/12/2004, que incluiu indevidamente o nome do autor como sócio; b) condenar os corréus, solidariamente, no pagamento de indenização em favor do autor, a título de danos morais, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do ato ilícito, nos termos da fundamentação. Sucumbentes, condeno os réus, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da condenação, ante o longo tempo de tramitação do processo.

Servirá a presente como ofício para regularização e exclusão do nome do autor junto aos órgãos competentes.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**